

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

|              |          |
|--------------|----------|
| Processo Nº: | 20382 23 |
| Rubrica      | 8 2      |

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 3d79fbd3-2007-4728-9087-3a2890a0ef61

Protocolo: Processo Requerimento Nº 026382/2023

Data: 02/10/2023 14:37:50

Origem: GIGALINK DE N.FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Contato: GIGALINK DE N.FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

| Nº | Origem   | Destino                    | Movimentação                                  | Situação |
|----|--|----------------------------|---|----------|
| 1  | Prefeitura Municipal de Nova Friburgo<br>MATEUS DE CASTRO<br>02/10/2023 14:38:09 | APOIO A COMISSAO DE PREGAO | Segue protocolo para as devidas providências. | Enviada  |

**■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

AO

ILMO. SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

PROCESSO Nº 09.233/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de WhatsApp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.236.865/0001-38, estabelecida a Avenida Manoel Carneiro de Menezes, 13, Mury, Nova Friburgo/RJ, por intermédio de seu Representante Legal, que a esta subscreve, como empresa licitante no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente perante V.S.<sup>a</sup>, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei 10520/02 C/C Art. 44, da Lei 10024/19, bem como na Lei 8.666/93 interpor e apresentar as presentes

**RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da DECISÃO QUE DECLAROU A EMPRESA ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA A VENCEDORA DO CERTAME, ocorrida também em consequência da DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA NO CERTAME pela empresa Gigalink, fazendo-o em consonância com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

1. Nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei 10520/02 C/C Art. 44, da Lei 10024/19, bem como na Lei 8.666/93, este recurso é tempestivo, uma vez que está sendo apresentado dentro do prazo legal, uma vez que, tendo sido declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso.

2. Nesse sentido, cumpre chamar a atenção dessa respeitável Comissão de Licitação, para a tempestividade do presente Recurso Administrativo, eis que consoante disposto em edital no item 19 do edital, a ora RECORRENTE dispõe de 03 (três) dias para apresentação do Recurso, contados da declaração de vencedor.

**II. DA DECISÃO RECORRIDA**

3. A decisão objeto deste recurso diz respeito ao Pregão Eletrônico Nº 099/2023, Processo nº 09.233/2022, tipo de licitação: menor preço global e à declaração da empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA como vencedora do certame. A presente controvérsia é originada na alegação de direcionamento no processo licitatório.

4. É válido destacar que, nos termos da Lei 8.666/93, especialmente em seu artigo 3º, estão elencados os princípios que norteiam a Administração Pública, sendo o princípio da legalidade o mais fundamental deles. A Administração Pública deve conduzir os processos licitatórios pautados pela legalidade, sem margem para favorecimentos injustificados.

**III. DO DIREITO À REFORMA DA DECISÃO**

5. A empresa Gigalink alega, com fundamento nos princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia, bem como nas disposições contidas na Lei 10.520/02, que a decisão que declarou a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA como vencedora do Pregão Eletrônico 99/2023, não observou os preceitos legais.

6. A recorrente, empresa do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, e com total capacidade técnica e financeira para assumir o futuro contrato, constatou, quando da análise do Edital, que algumas exigências estariam violando a legislação pertinente ao assunto, e que mereceriam ser revistas, razão pela qual foi oferecida a impugnação ao Edital.

7. Reitera-se que o assunto "direcionamento em certames licitatórios" é recorrentemente tratado pelo Tribunal de Contas da União – TCU – que já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Vale colacionar abaixo um desses julgados:

"(...)9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Polítec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 (oito milhões, seiscentos e setenta mil reais)." (Decisão 819/2000-Plenário) – GRIFOU-SE

8. Como na decisão supra, no presente caso em tela há indícios de que a proposta mais vantajosa para a

Administração Pública foi superada por outra que só uma das licitantes seria capaz de atender.

9. Em que pese o fato de não ter sido indicada uma marca do bem, o excessivo detalhamento constante na especificação técnica tende para que apenas uma marca fosse capaz de atender integralmente o ali mencionado, qual seja, a marca CISCO. Ainda que exista outras opções disponíveis, que atenderiam, de modo eficiente a demanda municipal, tanto a licitante, ora recorrente, como a segunda colocada do certame foram desclassificadas.

10. Coincidentemente, a terceira colocada no certame e que possui parceria com a empresa CISCO foi a vencedora do certame. Vários itens previstos no Edital tiveram especificações excessivas que, inevitavelmente, afunilaram a opção para que apenas a marca CISCO atendesse a integralidade do que foi solicitado.

11. No termo de Referência foi constatado que vários itens tiveram como exigência que fossem do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem. Como exemplo, podem ser citados os seguintes:

5.18 GATEWAY TDM/SIP;

5.20 GATEWAY TDM/SIP COM 1 E 1 (USO INTERNO DA SEDE);

5.22 GATEWAY TDM/SIP FXS (USO INTERNO PARA AS DEMAIS LOCALIDADES);

5.23 APARELHOS TELEFÔNICOS IP TIPO I – Os aparelhos telefônicos deveriam ser homologados pela ANATEL e possuir dentre as características ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;

5.24 HEADSET USB – Tipo I;

5.25 HEADSET BLUETOOTH – Tipo II;

12. Da leitura dos dispositivos supra e dessa exigência, constatou-se que apenas um fabricante possui os equipamentos mencionados. E a ora recorrente, embora tenha ofertado produto similar, que poderia atender perfeitamente ao objeto da licitação, os tem de diferentes fabricantes.

13. Ressalte-se que a segunda colocada no certame também possui soluções de outro fabricante, mas que também foi desclassificada, chegando-se finalmente à terceira colocada, que, embora não possua a proposta mais vantajosa, coincidentemente é a única que possui os produtos nas características altamente específicas e detalhadas estabelecidas no Edital.

14. Essas exigências técnicas impediram a plena participação de empresas, mesmo tendo como parceiras fabricantes de grande nome no mercado, o que acabou por direcionar o resultado da licitação, de forma completamente irregular, ferindo os princípios constitucionais previsto no caput do art. 37, da Constituição Federal/88.

15. Além do caput, o art. 37, CF/88, ainda dispõe, no inciso XXI:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (grifou-se)

16. Pela leitura do dispositivo supra, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados vai de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, eis que a CF/88 determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.

17. Consoante ao alegado na impugnação ao edital apresentada por esta empresa, a resposta à impugnação, assinada pelo Sr. Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações, Roberto C. Do Amaral, matrícula 063.101, com o apoio técnico do Sr. Hugo de Souza C. Garcez, matrícula 063.029, bem como com a assinatura do Sr. Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, Rodrigo França Silva, matrícula 063.189, assegurou que diferentes marcas de produtos atenderiam ao objeto do edital, garantindo a igualdade entre os licitantes. No entanto, a prática revelou um resultado contraditório, em que apenas uma marca específica foi considerada capaz de atender ao objeto da licitação.

18. Nessa resposta à impugnação foi informado que: "A administração pública detém toda a discricionariedade para realizar suas aquisições, escolhendo as regras e métodos mais eficazes buscando economia." (grifou-se)

19. No caso em tela não foi o que ocorreu na licitação supra. Ao afunilar as exigências de modo que só uma marca fosse capaz de atender, não se buscou economia, tanto que a ora recorrente, primeira colocada, como também a segunda colocada, foram desclassificadas, o que vai de encontro com a economia pretendida, uma vez que ambas possuíam uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública e não foram escolhidas.

20. Ainda na resposta à impugnação é informado que:

"não assiste razão a impugnante quando afirma que apenas uma marca (Cisco) fabrica todos os produtos elencados no Edital, pois de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS E AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem."

21. Às fls. 25 do PA 13231/2023, foram colocados exemplos de diversas marcas, com links de produtos que atenderiam o Edital. Entretanto, mesmo havendo produtos da Intelbras, a empresa Gigalink, que havia se sagrada vencedora após a fase de lances, não pode avançar no certame, pois, segundo análise, foi entendido que o portfólio apresentado não atenderia as necessidades da Administração pública, tendo sido chamada a segunda colocada.

22. A segunda colocada apresentou o portfólio da marca Alcatel e teve a oportunidade de apresentar o funcionamento da solução, mas foi desclassificada, sob a alegação que não atendeu todos os itens previstos no Edital. Repise-se que a empresa Gigalink não foi nem oferecida essa oportunidade de demonstrar o uso de seus

equipamentos.

23. Na análise do pedido de impugnação, constante às fls. 27 do PA 13.231/2023, foi emitida à seguinte conclusão:

"O Edital aqui questionado 'é claro' ao definir a NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE UM 'SERVIÇO' e 'NÃO' de 'PRODUTOS'.

Todavia, para que seja possível alcançar a melhor prestação do serviço pretendido, não se trata de adquirir qualquer objeto, mas o objeto que venha a atender as reais necessidades da Administração, pelo menor valor possível – sob pena inclusive de se perder a finalidade principal da contratação."

24. Da primeira parte, cabe esclarecer que, mesmo alegando não se prender a nenhum tipo de produto, mas apenas de serviço, como explicar, por exemplo, a indicação que seria necessário, no portfólio a ser apresentado, ter um headset com alcance de 100 metros? Qual deslocamento de 100 metros um atendente tem que fazer dentro de uma repartição pública que justifique tal pedido? Essa alegação de que o edital define a necessidade da contratação de um serviço e não de produtos, deveria então ser revista, até porque para desempenhar o serviço, necessitam-se de produtos. E como foi citado um exemplo retro, alguns produtos desses também acabaram por direcionar a escolha da vencedora.

25. Nem a primeira, nem a segunda colocada, com os seus portfólios, foram entendidas como capazes de desenvolver o serviço. O critério de análise de produtos foi levado em consideração obviamente, mesmo tendo sido alegado que o edital previa a NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE UM SERVIÇO e NÃO de PRODUTOS.

26. Soluções com produtos mais baratos são capazes de atender a necessidade da Administração Pública, que, se não fosse tão restritiva nas especificações técnicas, alcançaria muitos mais licitantes e, consequentemente, conseguiria um preço ainda melhor.

27. Na prática, o menor preço global não foi obtido, pois apenas a terceira colocada, segundo os critérios adotados, atende a totalidade do Edital. Mas seria possível outra empresa, com outra solução, atender a todas as especificações técnicas? Embora, como supracitado, na análise do pedido de impugnação, tenha sido informado que diferentes marcas seriam capazes de atender o Edital, na prática isso não ocorreu, levando o Município a gastar mais do que deveria.

28. Ora, a igualdade de tratamento entre os licitantes, preceituada pela Lei 10.520/02, é um dos pilares do sistema de pregão, e o direcionamento em favor de uma marca específica configura um tratamento desigual e injusto, em desacordo com a legislação vigente.

29. Além disso, o princípio da ampla concorrência, também consagrado na Lei 10.520/02, impõe a garantia de oportunidade a todos os licitantes de competir em igualdade de condições. A limitação a uma única marca, sem justificativas técnicas plausíveis, fere a legalidade e a competitividade do certame.

30. Nesse sentido, o direcionamento na presente licitação vai de encontro aos princípios fundamentais da Administração Pública e configura, em última instância, uma afronta à legalidade e à moralidade administrativa.

31. Por conveniência e oportunidade, a Administração pode rever seus atos, como preceitua a súmula 473, do Supremo Tribunal Federal que estabelece:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (grifou-se)

32. No caso em tela, faz-se absolutamente necessária a revisão dos atos praticados até aqui desde a elaboração do edital, eis que o mesmo se mostra incapaz de atender as reais demandas do Município, diante da complexidade do objeto do presente certame, e por essa razão a desclassificação da empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA deve ser imediatamente declarada, eis que só foi possível tal classificação, em razão de um direcionamento que já se provava quando da impugnação ao Edital, e que veio a se materializar, forçando que a recorrente novamente se manifestasse, deste vez mostrando que o resultado do direcionamento foi concluído, mediante desclassificação de duas empresas para se chegar naquela pretendida, que não trazia a opção mais vantajosa para o Município e que ocupava apenas o terceiro lugar após a fase de lances.

#### IV. DOS PEDIDOS

33. Diante do exposto, a empresa Gigalink, requer a Vossa Senhoria:

34. A reforma da decisão que declarou a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA como vencedora do certame referente ao Pregão Eletrônico Nº 099/2023, Processo nº 09.233/2022, com a consequente anulação do resultado proclamado;

35. A realização de uma nova análise técnica e imparcial dos produtos ofertados pelas empresas licitantes, assegurando a isonomia e a ampla concorrência, em conformidade com os princípios da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, de modo a verificar se os produtos apresentados não atendem as necessidades da Administração;

36. A apuração rigorosa das circunstâncias que levaram à escolha exclusiva do produto de uma única marca, a fim de evitar quaisquer práticas irregulares e direcionadas na licitação, em consonância com o dever de probidade administrativa;

37. A garantia de que todas as empresas participantes da licitação sejam tratadas de forma justa e igualitária, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública;

38. Caso o presente recurso seja indeferido, que seja submetido à análise da autoridade superior competente, nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

39. Caso não seja possível sanar os vícios constante no presente Edital, que o mesmo seja declarado NULO e que se faça um novo processo licitatório, observando-se a igualdade dos licitantes e, principalmente, buscando-se uma alternativa mais econômica e que possa ser atendida por uma variedade maior de soluções.

40. A empresa Gigalink reitera seu compromisso com a legalidade e a transparência nos processos licitatórios e aguarda, confiante, a análise e decisão favorável deste recurso, a fim de restabelecer a integridade do procedimento licitatório em questão.

Temos em que, pede deferimento.

Nova Friburgo-RJ, 25 de setembro de 2023.

Oswaldo A. Lucho Junior  
Representante Legal – GIGALINK DE NOVA FRIBURGO  
SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA

Fechar

• Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**CONTRARRAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 32.182.735/0001-70, estabelecida na Rua Hermogênio Silva, nº. 196, R dos Santos, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da CI nº. 11266275-4/Detran e CPF nº. 080.061.447-02, vem, tempestivamente, conforme permitido pela Lei nº 8666/93, perante V

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela empresa Licitante GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

**I – DOS FATOS**

Em apertada síntese, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, realizado no município de Nova Friburgo, que tem como objeto comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

Após a regular tramitação do certame, sobre o resultado, onde a empresa, ora contrarrazoante foi declarada como VENCEDORA por apresentar melhor proposta e cumprir todas as condições do edital, recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar demonstrar que teria havido direcionamento no processo licitatório e, que isso, teria beneficiado

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

**II. DO MÉRITO. DO DESCABIMENTO DO RECURSO.**

De início, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente quando declarou como vencedora do certame a empresa Recorrida, por entender que esta atendeu integralmente

Não se pode negar que a empresa recorrente possui o direito de interpor impugnações e recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da gara

A problemática reside quando a empresa Recorrente possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo um recurso administrativo que nada mais é do que a passagem, foi acertadamente rechaçada por parte da comissão de licitação, haja vista se tratar de alegações infundadas, atrasando a conclusão do certame licitatório.

Ou seja, o recurso interposto, se apresenta como apenas e tão somente um inconformismo da empresa recorrente, evidenciando o claro intuito de tentar justificar a sua incapacidade por i

A requerida tese da Recorrente se resume a mencionar que, “Em que pese o fato de não ter sido indicada uma marca do bem, o excessivo detalhamento constante na especificação técnica CISCO. Ainda que exista outras opções disponíveis, que atenderiam, de modo eficiente a demanda municipal, tanto a licitante, ora recorrente, como a segunda colocada do certame foram Ou seja, de acordo com a tese recursal, o Edital estaria sendo direcionando em razão de, supostamente, apenas uma empresa fabricar Gateway TDM/SIP, Gateway TDM/SIP com 1 E HEADSET BLUETOOTH TIPO II e que também possuem a solução de PABX em Nuvem possibilitando ter todos os componentes da mesma marca.

Ocorre que, ao contrário da falida tese recursal, a administração pública ao analisar a impugnação apresentada pela recorrente, demonstrou de forma clara que não só a empresa (fabricam Gateway TDM/SIP, Gateway TDM/SIP com 1 E1, Gateway TDM/SIP FXO, Gateway TDM/SIP FXS, APARELHOS TELEFÔNICOS IP TIPO I, HEADSET USB TIPO I, HEADSET BLUETOOTH

Portanto, conforme demonstrado, tanto na pesquisa de mercado, como no julgamento da impugnação apresentada pela empresa Recorrente, existem produtos fabricados por outras em Gateway TDM/SIP, Gateway TDM/SIP com 1 E1, Gateway TDM/SIP FXO, Gateway TDM/SIP FXS, APARELHOS TELEFÔNICOS IP TIPO I, HEADSET USB TIPO I, HEADSET BLUETOOTH TIPO II

Não bastasse isso, também não merece prosperar a tese de que a empresa Recorrida teria sido beneficiada por ser parceira da Cisco, haja vista que quando realizada uma pesquisa jun [https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD\\_QoBT-6GZw/view](https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw/view)

A informação acima, deixa muito claro que, considerando um total de 674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil, fica evidente que não há qualquer tipo de exclusividade de r recorrente de que teria havido direcionamento para uma empresa.

Sobre o tema, há inúmeros precedentes Jurisprudenciais, inclusive do TCU, que garantem a lisura do certame, a saber:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. OUTRAS FALHAS QUE DEVEM SER PREVENIDAS. CIÊNCIA AO ÓRGÃO. PROCEDER A “A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital atender completamente as especificações descritas no edital”. (TCU, Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário).

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta vencedora.

A empresa Recorrente, busca fundamentar o seu descontentamento sob a tese de que haveria um excessivo detalhamento técnico, o que não poderia ser diferente, haja visto que, confo Prefeitura como todos os órgãos externos incluindo Hospitais e Unidades de Saúde, que nesses casos não pode haver interrupções. Esses detalhamentos visam minimizar possíveis proble embarcados e garantir o suporte e a qualidade mínima esperada dos equipamentos diante da criticidade envolvida em sua aplicação e dos elevados custos diretos e indiretos advindos da r

Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado a capacidade técnica de um fabricante extrema importância para garantir a qualidade desejada, até mesmo porque é frequente que sistemas que não se enquadram nesse critério sejam sistemas não padronizados, ou seja, a para compor um sistema. No entanto, esses equipamentos não passam por um processo produtivo padronizado, desenvolvido com foco na qualidade e em testes exaustivos para obter o r

Como visto, a empresa Recorrente GIGALINK alega que, supostamente, o edital contém exigências de equipamento que direcionaria a licitação a um único fabricante. Contudo, é importa licitatório.

Acordo com os registros do processo de licitação, a empresa GIGALINK foi desclassificada devido a diversos motivos substanciais, destacando-se especialmente sua não conformidade c

Tanto a 1ª colocada na fase de lances (GIGALINK) e a 2ª colocada na fase de lances (3CORP) foram desclassificadas por não apresentarem os itens do Edital, sendo assim não se pode a GIGALINK e 3CORP uma vez que os serviços são inferiores, já que desrespeitam os princípios da vinculação ao Edital.

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante.

A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembra a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: “Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão “estritamente” edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.”

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho[3]:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas p administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. É probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fix de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.”

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Ademais, convém registrar que as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco, conforme se verifica pelas informações obti

• VIVO

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 26):  
[https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzUk5eiQAP2eBwRAVhnm2Yy\\_IH/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzUk5eiQAP2eBwRAVhnm2Yy_IH/view?usp=sharing)  
Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:  
[https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj\\_JQhMY04DP0SHq5PC\\_7XE/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_JQhMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link)

• CLARO/EMBRATEL

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16):  
<https://drive.google.com/file/d/13hQILUrQZcu0RghU1XLfAjnczWxMc6/view?usp=sharing>  
Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:  
[https://drive.google.com/file/d/1uM5d\\_ZqBafDja5Qhcdq5ZKToIgl6Rb/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1uM5d_ZqBafDja5Qhcdq5ZKToIgl6Rb/view?usp=sharing)

• ALGAR

Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67):  
[https://drive.google.com/file/d/1EUUxiFLdqX6acArz66Am4Wms7\\_aZiUP/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1EUUxiFLdqX6acArz66Am4Wms7_aZiUP/view?usp=sharing)  
Link da imagem de comprovação de parceria CISCO:

[https://drive.google.com/file/d/19kGxd-\\_h13YjNbwI2VUo0FrmrAZg7nu/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/19kGxd-_h13YjNbwI2VUo0FrmrAZg7nu/view?usp=sharing)

• OI SOLUÇÕES

Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco página 03):  
[https://drive.google.com/file/d/14MIQ\\_HNIMu7rqTAEZebuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/14MIQ_HNIMu7rqTAEZebuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing)

Link do Book de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141):

[https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyC\\_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyC_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive_link)

Assim a Prefeitura de Nova Friburgo, se preocupou em lançar um Edital na qual buscasse a contratação de itens pautados na qualidade e eficiência, tanto é que outros editais publicados e Prefeitura de Nova Friburgo, onde houveram vencedores empresas diversas o que comprova que não existe direcionamento para a empresa recorrida, uma vez que diversas empresas do I

• Prefeitura de UBA - MG

Link do Edital:

[https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Pregao\\_presencial\\_19\\_2023\\_EDITAL\\_PREGAO\\_PRESENCIAL\\_019\\_2023\\_\\_\\_PRESTACAO\\_DE\\_SERVICOS\\_DE\\_TELEFONIA?cdLocal=38](https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_presencial_19_2023_EDITAL_PREGAO_PRESENCIAL_019_2023___PRESTACAO_DE_SERVICOS_DE_TELEFONIA?cdLocal=38)

Vencedor: SYM GESTÃO E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Link da ATA:

[https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir\\_arquivo.aspx/Pregao\\_presencial\\_19\\_2023\\_ATA\\_DE\\_DEMONSTRACAO\\_TECNICA\\_RELATORIO\\_TECNICO\\_E\\_ATA\\_DE\\_JULGAMENTO\\_FINAL\\_PP19\\_2](https://transparencia.uba.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_presencial_19_2023_ATA_DE_DEMONSTRACAO_TECNICA_RELATORIO_TECNICO_E_ATA_DE_JULGAMENTO_FINAL_PP19_2)

• Prefeitura de VIANA - ES

Link do Edital: <https://www.viana.es.gov.br/uploads/licitacao/942-edital-do-pe-n-082-2022-1657565462.pdf>

Vencedor: METODO TELECOMUNICAÇÕES E COMERCIO LTDA

Link da ATA: <https://www.viana.es.gov.br/uploads/licitacao/942-ata-da-licitacao-do-pe-n-082-2022-1661888350.pdf>

• Prefeitura de ANGRA DOS REIS - RJ

Link do Edital:

[https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/\\_licitacao/adm/upload/10046\\_92228\\_EditallPP045-2022.pdf](https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/_licitacao/adm/upload/10046_92228_EditallPP045-2022.pdf)

Link do Termo de Referência:

[https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/\\_licitacao/adm/upload/10046\\_92340\\_Anexo%20I%20ao%20XI.pdf](https://www.angra.rj.gov.br/SAPO/_licitacao/adm/upload/10046_92340_Anexo%20I%20ao%20XI.pdf)

Vencedor: RTT INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Link do Boletim Oficial: [https://www.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1564\\_de\\_23-09-2022.pdf](https://www.angra.rj.gov.br/downloads/bo/BO-1564_de_23-09-2022.pdf)

• Prefeitura de TUBARÃO - SC

Link do Edital:

[https://tubarao.sc.gov.br/uploads/sites/265/2022/12/2513415\\_Editall\\_PE\\_26\\_2022\\_\\_\\_Telefonia\\_fixa\\_2022\\_2023.pdf](https://tubarao.sc.gov.br/uploads/sites/265/2022/12/2513415_Editall_PE_26_2022___Telefonia_fixa_2022_2023.pdf)

Vencedor: ALGAR TELECOM S/A

Link do portal de compras contendo documentos e ATAs: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-tubarao-303/pe-26-2022-2023-214776>

Link para download direto da ATA final:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-tubarao-303/pe-26-2022-2023-214776#>

• Prefeitura de BURITIS - MG

Link do Edital: <https://www.buritis.mg.gov.br/2023/06/29/edital-pregao-presencial-n-049-2023-contratacao-de-pessoa-juridica-especializada-para-prestacao-de-servico-telefonico-fixo-co>

Vencedor: SYM GESTÃO E SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Link para verificação do contrato:

[http://www.adpmnet.com.br/index2.php?option=com\\_contpub&submenu=0&brasao=P310930.GIF&dsorg=Prefeitura+Municipal+de+Buritis&cnj=18125146000129&tpformpdf=6&ano=2023&mes=7&idorg=104&titulo=Contrato](http://www.adpmnet.com.br/index2.php?option=com_contpub&submenu=0&brasao=P310930.GIF&dsorg=Prefeitura+Municipal+de+Buritis&cnj=18125146000129&tpformpdf=6&ano=2023&mes=7&idorg=104&titulo=Contrato)

Ademais, importante lembrar que o Edital "é claro" ao definir A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE UM "SERVIÇO" e "NÃO" de "PRODUTOS".

Por todas essas razões, é notório que não houve qualquer tipo de direcionamento, o que acontece é que empresas despreparadas participam do pregão mesmo tendo ciência que não atem

A conduta, no mínimo, temerária da empresa recorrente GIGALINK, fica evidenciada quando em análise a Declaração de Parceria apresentada pela licitante GIGALINK, onde consta a comercializar todos os produtos por esta ofertados e adicionalmente estar plenamente capacitados a prestar os serviços descritos no Edital da Prefeitura de Nova Friburgo.

Porém, ao analisar a referida declaração, se verifica que foi a própria GIGALINK quem assinou a declaração, não havendo a assinatura do fabricante Intelbrás, ou seja, se trata de uma AU

Tal assertiva é cabível pois, em consulta no site da INTELBRÁS através do link: <https://www.intelbras.com/pt-br/onde-encontrar/1> não identificamos o cadastro da LICITANTE GIGALINK co

A fim de ir mais a fundo sobre a "autodeclaração" apresentada pela Recorrente Gigalink, a recorrida entrou em contato com a empresa Intelbrás a fim de questionar se a empresa GIGALINK chamada "Wide Voice", solução esta apresentada pela empresa GIGALINK no Pregão Eletrônico n: 099/2023.

Ocorre que, contrariando a "autodeclaração" apresentada pela Recorrente GIGALINK, a empresa Intelbrás, respondeu que a GIGALINK é uma revenda Intelbrás, mas não uma revenda WI

A Intelbrás informou também no e-mail (anexo) que a solução Wide Voice é comercializada diretamente pela Intelbrás e as revendas WIDE que não é o caso da GIGALINK, só poderiam nesse caso a própria Intelbrás que teria a possibilidade de participar do certame e não a GIGALINK.

Veja link abaixo do conteúdo completo do e-mail enviado e resposta da Intelbrás: [https://drive.google.com/file/d/1-tAIq69f1vTL7UCtIfp\\_9NYxLTdXgdSh/view](https://drive.google.com/file/d/1-tAIq69f1vTL7UCtIfp_9NYxLTdXgdSh/view)

Portanto, uma vez que a recorrente GIGALINK não é uma revenda WIDE, como pode apresentar uma proposta ao Município de Nova Friburgo ofertando a solução WIDE, não tendo sequer todos os produtos ofertados estando plenamente capacitados a prestar os serviços descritos no Edital da Prefeitura de Nova Friburgo.

Outro ponto que revela a inaptidão da empresa GIGALINK, repousa no fato de que ela apresentou apenas um atestado de capacidade técnica com menos de 12 (doze), ou seja, 10 (dez) R\$ 20,00 mensais para entregar uma solução com 100 ramais que no caso, R\$ 0,20 (vinte centavos por ramal) enquanto o mercado gira em torno de R\$ 70,00 (setenta reais) por ramal.

Mas as inconsistências não param por aí, pois analisando o quadro societário da empresa FLUMINENSE PRODUÇÕES LTDA (MULTIPLIX), que foi quem forneceu o atestado de capacidade

2 sócios da FLUMINENSE PRODUÇÕES LTDA (MULTIPLIX) são filhos do OSVALDO ANTONIO LUCHO NETO que é o proprietário da GIGALINK.

Ou seja, a empresa GIGALINK apresentou APENAS UM atestado de capacidade técnica e ainda assim esse atestado assinado por uma empresa na qual os sócios são filhos do proprietário

Além disso, analisando o referido atestado de capacidade técnica, se verifica que a FLUMINENSE PRODUÇÕES LTDA (MULTIPLIX) está localizada na Rua Manoel Carneiro de Menezes, 13 - Nova Friburgo, como prova disso o próprio cartão CNPJ apresentado pela GIGALINK conforme veremos no link abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/1bRZwLQKPNCC269TPowgxUD-EqpOn5n90/view?usp=sharing>

Mais do que isso, a empresa GIGALINK não informou marca e modelo dos itens em sua proposta original conforme requisitado no item 8.2.2 e 8.2.3 do Edital, bem como não enviou referência de Custos e formação de preços, de forma obrigatória, na qual estarão relacionadas, analiticamente, todas as composições utilizadas de forma a atender os requisitos da Lei 8.6

A falta de apresentação da planilha de referência de Custos e formação de preços já seria motivo suficiente para inabilitação da empresa.

Sendo claro a manifesta intenção de obstruir o presente certame, prejudicando e trazendo para o processo atos abusivos, cabe a Administração Pública utilizar-se das sanções administrati

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar é a prerrogativa pela qual a Administração apura as infrações e aplica as penalidades ao infrator, que pode ser um servidor público o

A Sanção Administrativa, nas contratações públicas, pode definir-se como o exercício do poder-dever do administrador público em face da conduta do particular que venha a prejudicar e le

Sendo assim, demonstrou-se na presente peça que a ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir com o que f mostra-se o contrário de querer respeitar as aspirações administrativas.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, a RECORRIDA/CONTRARRAZOANTE requer que o Ilustríssimo Pregoeiro se digne:

a) Ao recebimento da presente CONTRARRAZÕES;

b) SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que DECLAROU COMO VENCEDORA DO CERTAME a empresa licid integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação;

c) Caso resolva não acatar o pedido acima formulado, o que não espera essa CONTRARRAZOANTE, se digne encaminhar as presentes razões de recurso à autoridade superior competente.

Termos em que pede e espera deferimento.

Petrópolis, 02 de outubro de 2023.

ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME  
CNPJ: 32.182.735/0001-70

Rafael de Souza Santos  
Diretor Geral

|              |             |
|--------------|-------------|
| Processo Nº: | 26.382/2023 |
| Rubrica      | Fls: 9      |

Com intuito de possibilitar uma melhor análise das Contrarrazões com visualização das imagens, disponibilizamos o link de acesso do arquivo em Word:  
<https://contrarrazoesgigalink.ericel.com.br>

Fechar



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023.

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo Recurso nº: 26.382/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA, inscrita no CNPJ: 06.236.865/0001-38, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**Comissão de Pregão I**

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 26.382/2023.

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 22/09/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 09.233/2022, a empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 6.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

Em síntese, alega a impugnante que as exigências técnicas excessivamente detalhadas determinaram que apenas a marca "CISCO" fosse capaz de atender integralmente o Edital, impedindo a plena participação de empresas que contam com fabricantes de grande nome no mercado como parceiras, o que acabou por direcionar o resultado da licitação, de forma completamente irregular, ferindo os princípios constitucionais previsto no caput do art. 37, da Constituição Federal/88.

Diante do exposto, a empresa Gigalink requer:

a) A reforma da decisão que declarou a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA como vencedora do certame referente ao Pregão

Comissão de Pregão I

Eletrônico Nº 099/2023, Processo nº 09.233/2022, com a consequente anulação do resultado proclamado;

b) A realização de uma nova análise técnica e imparcial dos produtos ofertados pelas empresas licitantes, assegurando a isonomia e a ampla concorrência, em conformidade com os princípios da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, de modo a verificar se os produtos apresentados não atendem as necessidades da Administração;

c) A apuração rigorosa das circunstâncias que levaram à escolha exclusiva do produto de uma única marca, a fim de evitar quaisquer práticas irregulares e direcionadas na licitação, em consonância com o dever de probidade administrativa;

d) A garantia de que todas as empresas participantes da licitação sejam tratadas de forma justa e igualitária, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública;

e) Caso o presente recurso seja indeferido, que seja submetido à análise da autoridade superior competente, nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

f) Caso não seja possível sanar os vícios constante no presente Edital, que o mesmo seja declarado NULO e que se faça um novo processo licitatório, observando-se a igualdade dos licitantes e, principalmente, buscando-se uma alternativa mais econômica e que possa ser atendida por uma variedade maior de soluções.

### III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA alega que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento técnico visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo

Comissão de Pregão I

desempenho e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados. Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado à capacidade técnica de um fabricante, o que seria de extrema importância para garantir a qualidade desejada.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Ante o exposto, submeto as razões da recorrente aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, com as razões da recorrente para pronunciamentos de ordem técnica junto à Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações acerca do objeto licitado, conforme documentação anexada aos autos, pois este pregoeiro não possui a expertise necessária para julgar o recurso apresentado sem o devido amparo da parte técnica.

Ato contínuo, os autos deverão ser encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer e retornar a esta Comissão de Pregão I para decisão, ciência e demais providências cabíveis, conforme o caso.

Nova Friburgo, 03 de outubro de 2023.

LEONARD  
O GABRIG  
PEIXOTO: 1  
0858597705

Assinado digitalmente por  
LEONARDO GABRIG  
PEIXOTO:10858597705  
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC  
SOLUTIMultiple v5, OU=20480245000104, OU=Presencial, OU=Certificado PF-A3, CN=LEONARDO  
GABRIG PEIXOTO:10858597705  
Razão: Eu concordo com partes  
específicas deste documento  
Local/Tempo:  
Data: 2023.10.03 11:26:31-0300'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

Processo Administrativo nº: 26.382/2023.

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Processo nº. 09.233/2022 - EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

Recorrente : GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA LTDA.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se o presente sobre a apresentação de Razões de Recursos, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, encaminhado pela Comissão do Pregão I, apresentada pela 1ª colocada da fase de lances, empresa **GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA**, interposta em 02/10/2023 às 14:37:50, recebida pela Comissão do Pregão. Sendo enviado a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Inicialmente, cumpra-se consignar que trata-se de matéria de ordem técnica, quanto a conformidade das condições de credenciamento e participação estabelecidas no Edital, que "não" foram atendidas pela participante, que teve a proposta de preço classificada provisoriamente em primeiro lugar.

#### **A - Da admissibilidade.**

O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada, da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o art. 44 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

No caso dos Autos, a recorrente manifestou, tempestivamente, o interesse de recorrer, inclusive as razões dos Recursos, foram apresentadas tempestivamente, por escrito de forma a fundamentar suas peças recursais, como a dar o devido suporte ao seu inconformismo.

Da mesma forma, as "CONTRARRAZÕES" foram apresentadas tempestivamente.

Diante disso, está claro que os recursos preenchem todos os requisitos necessários e essenciais para suas admissibilidades, mas se assim não fosse, vigora no Direito Administrativo o poder-dever de a Administração revisar os próprios atos e de sanar, até mesmo de ofício, os defeitos encontrados, mesmo quando um recurso é defeituosamente formulado e não preencha os requisitos legais.

Atendido os requisitos da admissibilidade, passamos a análise.

#### **B - Da análise.**

Conforme dito, a íntegra do recurso apresentado pela RECORRENTE e as contrarrazões apresentadas pela RECORRIDA, podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Entre outras razões, em síntese, aduz a recorrente que teria havido direcionamento do objeto do Edital em favor de uma única empresa.

É importante registrar, que o Edital aqui questionado "é claro" ao definir a necessidade da contratação de um "SERVIÇO" e "NÃO" de "PRODUTOS".

## SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Esse tema já foi enfrentado durante o certame, pois a Recorrente GIGALINK, se opôs mediante o protocolo de Impugnação ao Edital, tendo naquela oportunidade se utilizado dessa tese, para ao final buscar a anulação do Edital.

Em seu ultimo e recente pedido de manifestação, à IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA, teve como norte a alegação de direcionamento da licitação para marca ou modelo específico, aduzindo detalhamento excessivo das características do produto. Contudo, de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que há no mercado outras soluções de PABX, que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Em suas "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, assegurou a presença de **674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil. Da mesma forma, que ate o momento, não ficou demonstrado que apenas um único fornecedor é capaz de atender às necessidades do contratante, tampouco se há "exclusividade" de algum equipamento a qualquer um dos participantes.** [https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD\\_QoBT-6GZw-/view](https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw-/view)

É importante registrar, que sequer fora juntado um documento de "excluvidade da marca", capaz de comprovar essas alegações e que a afirmação desprovida de fundamento de que o edital está direcionado para apenas umas das empresas, sendo esta a única capaz de atender o descritivo, sem ao menos discorrer sobre o que afirma - *llegatio et non probatio quasi non allegatio* - é o mesmo que não alegar.

A empresa já apresentou questionamento idêntico no procedimento processual de número: 13231/2023, que foi devidamente respondida. É importante registrar, que usar de recursos com o único objetivo de dificultar o andamento de uma licitação é considerado ato lesivo à administração pública, sujeito a punições.

Cabe recorrer a lição do professor Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa ao argumentar acerca dos recursos meramente protelatórios:

"Um dos maiores problemas da sistemática recursal brasileira é a enorme permissibilidade no tocante às impugnações desprovidas de fundamento. A despeito da existência de meios inibitórios, os tribunais não se valem, como deveriam, dos poderes instituídos na norma. É raro encontrar uma decisão em que o litigante que se utilizou de recurso com claro intuito protelatório suporta a condenação da multa pela litigância de má-fé. Muito embora a fixação de honorários na fase recursal se desvele uma mudança positiva, não tem o escopo de punir e arrefecer os ânimos do recorrente malicioso. O freio à litigância temerária só será efetivo quando os tribunais agirem contundentemente para coibir esse tipo de prática". (Código de Processo Civil Comentado, coord. Helder Moroni Câmara, São Paulo: Almedina, 2016, p. 1.358).

Na mesma "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, colecionou aos autos, com os respectivos endereços, que "as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco", o que afasta a alegação de direcionamento e exclusividade, vejamos:

• VIVO Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 26): [https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy\\_IH/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy_IH/view?usp=sharing) Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: [https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj\\_jQheMY04DP0SHq5PC\\_7XE/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_jQheMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link)

• CLARO/EMBRATEL Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16: <https://drive.google.com/file/d/13hQiLUrqQiZcu0RqhU1XLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing> Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: [https://drive.google.com/file/d/1umD5d\\_ZqBaFdJJa5Qhcdq5ZKToIgi6Rb/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1umD5d_ZqBaFdJJa5Qhcdq5ZKToIgi6Rb/view?usp=sharing)

- ALGAR Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67):  
[https://drive.google.com/file/d/1EUUxlFLdqX6acAErz66Am4WmS7\\_aZiUP/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1EUUxlFLdqX6acAErz66Am4WmS7_aZiUP/view?usp=sharing) Link da imagem de comprovação de parceria CISCO: <https://drive.google.com/file/d/19kGxd-h13YjNbwiZVUo0FrmrzAZg7nu/view?usp=sharing>
- OI SOLUÇÕES Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco página 03):  
[https://drive.google.com/file/d/14MiQ\\_HNIMu7rqTAeZEBuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/14MiQ_HNIMu7rqTAeZEBuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing) Link do Book de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141):  
[https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyC\\_hQRZoWpnnAxxgO-tKSy/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyC_hQRZoWpnnAxxgO-tKSy/view?usp=drive_link)

Além disso, a Recorrente, manifestou que teve o interesse em apresentar um “ANTEPROJETO” no prazo de 15 dias. É importante consignar, que as exigências e especificações dos itens no presente processo licitatório observam os regimentos legais e princípios constitucionais. Sendo assim, não cabe ao particular, concorrente ou não do certame, impor formas, regras e itens diversos dos presentes no edital, sob qualquer fundamento e ou justificativa, salvo as discrepâncias jurídicas e ou itens ilegais. Conforme leciona o mestre Hely Lopes Meirelles: “O edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes” (Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro”, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283).”

Ademais, cada item licitado, neste ou em qualquer outro certame, é estudado, comparado e aprovado pela “Controladoria Geral do Município” e pela subsecretaria responsável, prevendo inclusive todas as possibilidades de mudança, desde que seja legal, possível, adequada e atenda às necessidades do Município, de modo que os itens licitados nunca são dispostos de forma aleatória ou sem qualquer fundamento, bem como os agrupamentos de itens, pois estes obedecem aos critérios legais.

Mais do que isso, imperioso registrar que o Processo Licitatório em questão possui respaldo no PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, dentro dos limites da legalidade e não tem o objetivo de frustrar o caráter competitivo e/ou isonômico do certame.

Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.”

Quanto a diligência, vamos evocar o art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, que rege:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência** destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a **inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta**. (grifei)

É visível a dificuldade da recorrente de extrair fielmente o significado de diligência esculpido no diploma legal. A diligência é uma faculdade e não uma obrigação e deve ser aplicada exclusivamente para o esclarecimento de dúvidas acerca de documentos ou a complementação de instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

Portanto, sem razão a empresa GIGALINK que, ao invés de ter buscado se adequar a fim de que pudesse atender aos requisitos do Edital, vem agora através de sua faculdade de Recorrer, buscar macular a lisura do Edital.

Atitudes como esta merecem ser repelidas pela Administração Pública, uma vez que, até mesmo o direito de petição consagrado na Carta Magna, precisa ser observado em consonância com o Princípio da Boa Fé.

**A empresa GIGALINK foi desclassificada por não apresentar os itens do Edital.** O edital é a lei que rege o certame não se podendo alterá-lo para atender aos interesses de determinadas Empresas, em homenagem ao princípio da igualdade de todos perante a Administração. Destarte, se os Licitantes se vincularam ao edital, não podem agora pretender alterar a regra previamente estabelecida para se beneficiarem.

Convém citar julgado do TCU:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. (...) A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas. (TCU 01980420148, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 04/11/2015).

O fato das empresas licitantes não conseguirem atender aos itens do edital, não pode ser motivo para depois tentarem impugná-lo.



## CONCLUSÃO

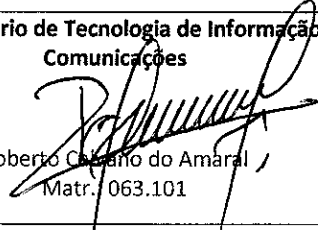
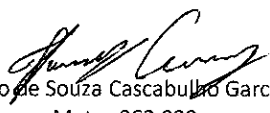
Assim, por não ter apresentado nenhum fundamento capaz de infirmar a decisão, esta especializada entende por insubsistentes os argumentos trazidos pela Recorrente.

Isto posto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, recomendamos ao senhor pregoeiro que, conheça do recurso apresentado pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

No mais, nos termos do inciso XVII do artigo 17 do Decreto 10.024/2019, mantenha a decisão estabelecida na ata do Pregão Eletrônico, na qual foi declarada como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.

Por derradeiro, tratatando-se de matéria “**estritamente técnica**” e, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, tendo a matéria de Conformidade analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, deve o presente, ser encaminhado a “**Douta**” **Procuradoria Geral do Município**, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo.

Nova Friburgo, 11 de outubro de 2023.

|   |   |
|---|---|
| <p><b>Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações</b></p>  <p>Roberto Chelão do Amaral<br/>Matr.: 063.101</p> | <p><b>APOIO TÉCNICO</b></p>  <p>Hugo de Souza Cascabulho Garcez<br/>Matr.: 063.029</p> |
|---|---|

De acordo, em prosseguimento:



**Rodrigo França Silva**  
Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,  
Desenvolvimento Econômico e Gestão  
Matr.: 063.189

PROCESSO nº. 09.233/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2022

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Processo

Data:

Folhas nº. 119 Rubrica

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

**RECORRENTE:** 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.

**RECORRENTE:** GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA LTDA

**RECORRIDA:** ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

À Procuradoria Geral do Município.

## 1. DA SÍNTESE

Trata-se o presente sobre análise das Razões dos Recursos interpostos contra decisão que declarou como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, que fora encaminhado pela Comissão do Pregão I, a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Inicialmente, com “*venias*”, cumpre-se consignar, que trata-se de matéria “**estritamente técnica**”. Todavia, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, deve o presente, ser encaminhado a “**Douta**” Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo. Sendo imperioso registrar que o presente procedimento administrativo, teve a matéria de “Conformidade”, em especial o Termo de Referência, analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, conforme manual de procedimentos.

Atendido os requisitos da admissibilidade, passamos as análises que se encontram apensadas e podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 2 - DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Entre outras razões, é importante registrar, que o Edital aqui questionado “é claro” ao definir a necessidade da contratação de um “SERVIÇO” e “NÃO” de “PRODUTOS”.

Em relação a alegação de direcionamento do objeto do Edital, essa tese foi trazida por ambas as Recorrentes. Contudo, de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que há no mercado outras soluções de PABX, que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Em suas “CONTRARRAZOES”, a empresa 3ª colocada da fase de lances, assegurou a presença de 674 (seiscentos e setenta e quatro) parceiros no Brasil. Da mesma forma, que até o momento, não ficou demonstrado que apenas um único fornecedor é capaz de atender às necessidades do contratante, tampouco se há “exclusividade” de algum equipamento a qualquer um dos participantes. [https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD\\_QoBT-6GZw-/view](https://drive.google.com/file/d/16Xd3h1Fr-CrevnfQntMSD_QoBT-6GZw-/view)

Mais uma vez, é importante registrar, que sequer fora juntado um documento de “excludividade da marca”, capaz de comprovar essas alegações e que a afirmação desprovida de fundamento de que o edital está direcionado para apenas umas das empresas, sendo esta a única capaz de atender o descritivo, sem ao menos discorrer sobre o que afirma - *llegatio et non probatio quasi non allegatio* - é o mesmo que não alegar.

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

O que esta administração busca no mercado é uma solução tecnicamente viável e eficiente para a Administração. Os requisitos exigidos no edital são necessários, relevantes, razoáveis e estão bem fundamentados e justificados no processo. Não é objetivo da Administração acomodar, nas licitações públicas, toda e qualquer solução em torno do objeto pretendido, mas garantir uma ampla concorrência em torno do atendimento de suas necessidades, o que foi alcançado no presente edital.

Na mesma "CONTRARRAZOES", a empresa 3ª colocada da fase de lances, colecionou aos autos, com os respectivos endereços, que **"as principais operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Brasil também são parceiras da Cisco", o que afasta a alegação de direcionamento e exclusividade, vejamos:**

- Processo \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folhas nº 19 Rubrica 26
- VIVO Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16):  
[https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy\\_IH/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1M6BhhAwzuk5eiQAP2eBwRAVhbm2Yy_IH/view?usp=sharing) Link da  
imagem de comprovação de parceria CISCO:  
[https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj\\_jQheMY04DP0SHq5PC\\_7XE/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1fMT99E4wEj_jQheMY04DP0SHq5PC_7XE/view?usp=drive_link)
  - CLARO/EMBRATEL Link do Book de ofertas (Logo da Cisco páginas 13, 14, 15 e 16):  
[tps://drive.google.com/file/d/13hQiLURqQiZcu0RqhUIXLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/13hQiLURqQiZcu0RqhUIXLfAJnczWxMc6/view?usp=sharing) Link da  
imagem de comprovação de parceria CISCO:  
[https://drive.google.com/file/d/1umD5d\\_ZqBaFdIja5Qhcdq5ZKTolgi6Rb/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1umD5d_ZqBaFdIja5Qhcdq5ZKTolgi6Rb/view?usp=sharing)
  - ALGAR Link do Book de ofertas (Logo da Cisco página 67):  
[https://drive.google.com/file/d/1EUUxIFLdqX6acAERz66Am4WmS7\\_aZiUP/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1EUUxIFLdqX6acAERz66Am4WmS7_aZiUP/view?usp=sharing) Link da  
imagem de comprovação de parceria CISCO:  
<https://drive.google.com/file/d/19kGxd-h13YjNbwiZVUo0FmrzAZg7nu/view?usp=sharing>
  - OI SOLUÇÕES Link da Proposta enviada a CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS (Logo da Cisco-página-03):  
[https://drive.google.com/file/d/14MiQ\\_HNIMu7rqTAeZEBuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/14MiQ_HNIMu7rqTAeZEBuhket5VJdoSxK/view?usp=sharing) Link do Book  
de ofertas (Soluções e produtos da CISCO páginas 137 a 141):  
[https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyc\\_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ost4jkOsuyc_hQRZoWpnnAxzgO-t-KSy/view?usp=drive_link)

Quanto a alegação de que a VENCEDORA, ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, não seria parceira da solução, que fora rebatida e demonstrada pela empresa vencedora, **é importante registrar que a análise documental fora realizada pela comissão do Pregão, sem nenhuma manifestação, suprimindo a exigência contida no Edital, devendo ser afastada essa tese.**

Ademais, cada item licitado, neste ou em qualquer outro certame, é estudado, comparado e aprovado pela "Controladoria Geral do Município" e pela subsecretaria responsável, prevendo inclusive todas as possibilidades de mudança, desde que seja legal, possível, adequada e atenda às necessidades do Município, de modo que os itens licitados nunca são dispostos de forma aleatória ou sem qualquer fundamento, bem como os agrupamentos de itens, pois estes obedecem aos critérios legais.

Nesse sentido, ensina MARÇAL JUSTEN FILHO:

**"Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada — ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação. Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei."**

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Portanto, sem razão as Recorrentes que, ao invés de ter buscado se adequar a fim de que pudesse atender aos requisitos do Edital, se utilizam da faculdade de Recorrer para macular a lisura do Edital.

Atitudes como esta merecem ser repelidas pela Administração Pública, uma vez que, até mesmo o direito de petição consagrado na Carta Magna, precisa ser observado em consonância com o Princípio da Boa Fé.

**As Recorrentes foram desclassificadas por não apresentarem os itens do Edital.** O edital é a lei que rege o certame não se podendo alterá-lo para atender aos interesses de determinadas Empresas, em homenagem ao princípio da igualdade de todos perante a Administração. Destarte, se os Licitantes se vincularam ao edital, não podem agora pretender alterar a regra previamente estabelecida para se beneficiarem.

Convém citar julgado do TCU:

PROCESSO \_\_\_\_\_  
Dat: \_\_\_\_\_  
Folhas nº 21 Rubrica \_\_\_\_\_

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. (...) A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas. (TCU 01980420148, Relator: BRUNO DANTAS, Data de Julgamento: 04/11/2015).

O fato das empresas licitantes não conseguirem atender aos itens do edital, não pode ser motivo para depois tentarem impugná-lo.

### CONCLUSÃO

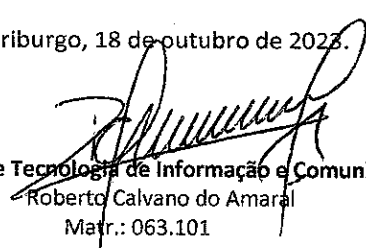
Assim, por não terem apresentado nenhum fundamento capaz de infirmar a decisão, esta especializada entende por insubsistentes os argumentos trazidos pelas Recorrentes.

Isto posto, sem mais nada a evocar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, recomendamos ao senhor pregoeiro que, conheça dos recursos apresentados pelas empresas para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

No mais, nos termos do inciso XVII do artigo 17 do Decreto 10.024/2019, mantenha a decisão estabelecida na ata do Pregão Eletrônico, na qual foi declarada como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.

Por derradeiro, tratatando-se de matéria "**estritamente técnica**" e, ainda que não exista, *s.m.j.* ilegalidade aparente, tendo a matéria de Conformidade analisada pela r. **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, deve o presente, com a "**maxima vênia**", ser encaminhado a "**Douta**" Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital, ratificando o presente conforme procedimentos de estilo.

Nova Friburgo, 18 de outubro de 2023.

  
Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações  
Roberto Calvano do Amaral  
Matr.: 063.101

De acordo, em prosseguimento:

  
Rodrigo França Silva  
Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,  
Desenvolvimento Econômico e Gestão  
Matr.: 063.189



Processo: 26.382/2023

Recorrente: Gigalink de Nova Friburgo Soluções em Rede Multimídia Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e unidades externas da Prefeitura.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 19 de outubro de 2023.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/06) que as exigências técnicas excessivamente detalhadas determinaram que apenas a marca "CISCO" fosse capaz de atender integralmente o Edital, impedindo a plena participação de empresas que contam com fabricantes de grande nome no mercado como parceiras, o que acabou por direcionar o resultado da licitação de forma irregular, requerendo, dentre outros, a reforma da decisão que declarou a empresa Eriotel Assessoria de Telecomunicações Ltda. como vencedora do certame.



A empresa Ericstel Assessoria de Telecomunicações Ltda. apresentou contrarrazões (fls. 07/09), alegando que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 10/13, encaminhou os autos à Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 24.2 do Edital.

A Secretaria Municipal de Finanças, em manifestação de fls. 14/18, entendeu por insubsistentes os argumentos trazidos pela recorrente, opinando pela improcedência do recurso, afirmando que o tema já foi enfrentado durante o certame, onde a recorrente apresentou impugnação ao edital, tendo naquela oportunidade se utilizado da mesma tese a fim de buscar a anulação do mesmo, cuja impugnação foi indeferida pela Subsecretaria de TI, a qual afirmou existirem no mercado outras soluções de PABX que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.

Ao final, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para opinamento.

É o relatório.

## II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

*“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

*a) habilitação ou inabilitação do licitante;*

*la*

2



- b) julgamento das propostas;
  - c) anulação ou revogação da licitação;
  - d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
  - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
  - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
  - f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- [...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade." (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*"Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;"*

*"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:*

*[...]*

*VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão";*

Como se pode ver, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.



Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Finanças (Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações), motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.8 do edital assim dispõe:

*“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.*

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

No caso em exame, a Comissão de Pregão I apenas encaminhou o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

Conforme narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Finanças, em manifestação de fls. 14/18, entendeu por insubsistentes os argumentos trazidos pela recorrente, opinando pela improcedência do recurso, afirmando que o tema já foi enfrentado durante o certame, onde a recorrente apresentou impugnação ao edital, tendo naquela oportunidade se utilizado da mesma tese a fim de buscar a anulação do mesmo, cuja impugnação foi indeferida pela Subsecretaria de TI, a qual afirmou existirem no mercado outras soluções de PABX que podem ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem.





Às fls. 19/21 foi anexada a manifestação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações no mesmo sentido.

De fato, o tema foi objeto da impugnação apresentada pela recorrente nos autos do Processo Administrativo n. 13231/2023 (apenso), onde a Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações concluiu que não havia qualquer ilegalidade na descrição do objeto, bem como que as especificações exigidas foram elencadas pelo setor técnico e decorrentes das especificações técnicas e a realidade local da Administração, não havendo direcionamento de marca, haja vista que acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico da Subsecretaria de TI, *“tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS E AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem”*.

Logo, se a Secretaria requisitante, que detém a expertise técnica para estabelecer a especificação necessária do objeto do certame, afirma que não há direcionamento e que existem diversas outras marcas, entendendo pelo desprovimento do recurso, tratando-se de questão estritamente técnica acerca das especificações do objeto licitado, deve ser julgado improcedente o recurso, sendo descabida qualquer análise jurídica.

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Finanças para ciência e manifestação final** e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

*[Assinatura]*

5



É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 20 de outubro de 2023.

Laynne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347

PROCESSO nº. 26.382/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2022

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal”.

RECORRENTE: 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.

RECORRENTE: GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA

RECORRIDA: ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

#### A Comissão do Pregão.

Trata-se o presente sobre análise das Razões dos Recursos interpostos contra decisão que declarou como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica, fl.13, que fora encaminhado pela Comissão do Pregão I, a esta especializada técnica para análise de suas manifestações.

Coforre determinado, o presente fora encaminhado a “**Douta**” Procuradoria Geral do Município, para cumprir o dispositivo 19.8 do Edital e por se tratar de matéria “**estritamente técnica**” a Procuradoria Geral do Município, ratificou a análise da Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações, determinando seguinte:

*“ entendo pelo desprovimento do recurso, tratando-se de questão estritamente técnica acerca das especificações do objeto licitado, deve ser julgado improcedente o recurso, sendo descabida qualquer análise jurídica”*

Desta forma, privilegiando o determinado pela “**Douta**” Procuradoria Geral do Município que entende como insubsistentes os argumentos trazidos pelas Recorrentes, opinando pela improcedência dos Recursos, **requer ao senhor pregoeiro que, conheça dos recursos apresentados pelas empresas e o manifestado pela PGM para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, declarando como VENCEDORA a licitante ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, encaminhando-a à autoridade superior a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do referido processo licitatório.**

Nova Friburgo, 24 de outubro de 2023.

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicações

Roberto Calvano do Amaral

Matr.: 063.101

De acordo, em prosseguimento:



Rodrigo França Silva

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento,  
Desenvolvimento Econômico e Gestão

Matr.: 063.189



Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023.

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo Recurso nº: 26.382/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA, inscrita no CNPJ: 06.236.865/0001-38, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**Comissão de Pregão I**

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 26.382/2023.

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 22/09/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 09.233/2022, a empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 6.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE**

Em síntese, alega a impugnante que as exigências técnicas excessivamente detalhadas determinaram que apenas a marca "CISCO" fosse capaz de atender integralmente o Edital, impedindo a plena participação de empresas que contam com fabricantes de grande nome no mercado como parceiras, o que acabou por direcionar o resultado da licitação, de forma completamente irregular, ferindo os princípios constitucionais previsto no caput do art. 37, da Constituição Federal/88.

Diante do exposto, a empresa Gigalink requer:

- a) A reforma da decisão que declarou a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA como vencedora do certame referente ao Pregão



**Comissão de Pregão I**

Eletrônico Nº 099/2023, Processo nº 09.233/2022, com a consequente anulação do resultado proclamado;

b) A realização de uma nova análise técnica e imparcial dos produtos ofertados pelas empresas licitantes, assegurando a isonomia e a ampla concorrência, em conformidade com os princípios da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, de modo a verificar se os produtos apresentados não atendem as necessidades da Administração;

c) A apuração rigorosa das circunstâncias que levaram à escolha exclusiva do produto de uma única marca, a fim de evitar quaisquer práticas irregulares e direcionadas na licitação, em consonância com o dever de probidade administrativa;

d) A garantia de que todas as empresas participantes da licitação sejam tratadas de forma justa e igualitária, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública;

e) Caso o presente recurso seja indeferido, que seja submetido à análise da autoridade superior competente, nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

f) Caso não seja possível sanar os vícios constante no presente Edital, que o mesmo seja declarado NULO e que se faça um novo processo licitatório, observando-se a igualdade dos licitantes e, principalmente, buscando-se uma alternativa mais econômica e que possa ser atendida por uma variedade maior de soluções.

**III. DAS CONTRARRAZÕES**

Em síntese, a empresa ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA alega que não houve direcionamento e que o excessivo detalhamento técnico visa minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo



**Comissão de Pregão I**

desempenho e garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados. Assim sendo, quando o termo de referência detalha os itens que a administração pretende contratar, já houve, previamente, um estudo relacionado à capacidade técnica de um fabricante, o que seria de extrema importância para garantir a qualidade desejada.

**IV. DA DECISÃO**

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMÍDIA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, e no mérito, subsidiado pela manifestação da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão (fls. 14 a 18), da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações (fls. 19 a 21) e do parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 22 a 27), **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 25 de outubro de 2023.

**LEONARDO  
O GABRIG  
PEIXOTO:1  
0858597705**

Assinado digitalmente por  
LEONARDO GABRIG  
PEIXOTO:10858597705  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC  
SOLUT7 Multipia v5, OU=  
23468245000104, OU=Proseccional, OU  
=Certificado PF A3, CN=LEONARDO  
GABRIG PEIXOTO:10858597705  
Razão: Eu concordo com todas  
especificações deste documento  
Localização:  
Data: 2023.10.25 11:40:03-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro – Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934